

Grupo Vista Alegre lucra 2,5 milhões

O grupo Vista Alegre obteve um resultado líquido de 2,5 milhões de euros nos nove primeiros meses, o que refletiu uma redução de 1,3 milhões face a igual período do ano passado. O EBITDA fixou-se em 19,2 milhões de euros, numa descida homóloga de 3,7%, refere a empresa em comunicado. O volume de negócios consolidado atingiu 104 milhões de euros, um crescimento de 6,8% relativamente aos nove primeiros meses do ano passado.



ALEXANDRE GUEDES DA SILVA
Presidente da Sociedade Portuguesa
de Esclerose Múltipla.

Os doentes crónicos continuam perdidos no sistema de saúde — e os dados do RADIS mostram porquê

Os resultados recentemente divulgados pelo RADIS — Resultados em Saúde — devem ser lidos com atenção por todos os que pensam a política de saúde em Portugal. Estes indicadores, recolhidos no final de 2024 no âmbito da Convenção Nacional da Saúde, com participação ativa da SPEM, dão-nos uma fotografia rara e precisa da experiência real das pessoas com doença crónica no Serviço Nacional de Saúde (SNS). E o retrato é claro: **continuamos a ter um sistema demasiado difícil de navegar, demasiado lento a responder e demasiado distante das necessidades de quem vive com condições crónicas.** Um dos dados mais preocupantes é o da navegação no sistema de saúde. Metade dos inquiridos admite sentir-se perdido no SNS, e apenas 47% sabem “exatamente para onde se dirigir” quando precisam de cuidados. Entre os doentes crónicos, 30% referem explicitamente que se perdem no percurso assistencial. Num sistema que se pretende universal e centrado na pessoa, esta perda de orientação é mais do que um detalhe: é um sinal de desconexão estrutural entre a organização dos serviços e a vida real das pessoas. **Se o doente se perde, o sistema falhou a sua função.**

A dificuldade de comunicação é outro problema crónico do SNS que os dados agora confirmam. **Metade das pessoas que tentou contactar serviços de saúde não obteve resposta**, alimentando frustração, ansiedade e recurso desnecessário às urgências. Em doenças crónicas — como a esclerose múltipla — a ausência de canais de contacto é um risco clínico sério. E o número impressiona: mais de 40% dos doentes crónicos não têm sequer um contacto direto para pedir ajuda em caso de agravamento dos sintomas. Esta falta de “porta de entrada” revela uma falha que não se resolve com mais tecnologia, mas com **organização, processos simples e equipas capazes de acompanhar longitudinalmente cada pessoa.**

A realidade do absentismo associado a cuidados de saúde é outro ponto que merece reflexão económica. Quase **metade dos cidadãos faltou ao trabalho nos últimos seis meses** para realizar consultas ou tratamentos. Isto não se deve apenas à doença, mas sobretudo à rigidez do sistema: horários incompatíveis com a vida laboral, deslocações longas, falta de alternativas digitais e ausência de modelos de proximidade. É um custo indireto que raramente entra nas contas oficiais, mas que pesa nas empresas, nas famílias e na produtividade nacional.

Nos rastreios oncológicos, o padrão repete-se. Quando a convocatória chega, os portugueses aderem. O problema está antes disso: menos de um terço dos elegíveis recebe a convocatória para rastreios do colo do útero e colorretal. Esta falha administrativa tem consequências diretas: atrasos no diagnóstico, tratamentos mais caros, vidas perdidas. Portugal comprometeu-se com a União Europeia a atingir uma cobertura de 90% dos elegíveis até 2025; estamos ainda longe desse objetivo. E isto mostra que, enquanto não reorganizarmos o contacto inicial com o cidadão, não haverá Plano Europeu de Combate ao Cancro que nos valha. Há também uma evidência transversal nos dados do RADIS: **quanto pior é a perceção de saúde da pessoa, maior é a insatisfação com o SNS.** Significa que o sistema está menos preparado precisamente para quem dele mais precisa. Em doenças complexas e crónicas, a ausência de orientação, acompanhamento psicológico e continuidade de cuidados agrava o estado de saúde e alimenta o ciclo da insatisfação. Fala-se muito em “tempo é cérebro” na esclerose múltipla, mas a verdade é que tempo é vida em todas as condições crónicas.

O que estes dados pedem é uma mudança de paradigma. **Não podemos continuar a pensar a saúde apenas como prestação de atos médicos.** Precisamos de sistemas navegáveis, desenhados com e para as pessoas, que ofereçam respostas antecipadas e não apenas reativas. Precisamos de modelos de Value-Based Healthcare que financiem resultados e não volumes. Precisamos de equipas que acompanhem o doente na sua trajetória real e não apenas nos episódios clínicos. E precisamos, acima de tudo, de reconhecer o valor da participação ativa dos doentes, cujas experiências constituem um recurso estratégico para a melhoria dos cuidados.

A SPEM participou neste inquérito precisamente porque acredita que a voz das pessoas com doença crónica deve fazer parte da governação da saúde. Os dados agora apresentados não são uma crítica ao SNS, mas um apelo à sua evolução. A solução está ao nosso alcance: **mais literacia, mais comunicação, mais proximidade, mais prevenção, mais integração — e mais humanidade.**

Portugal tem hoje a oportunidade de recentrar o sistema naquilo que realmente importa: a vida das pessoas. Não podemos desperdiçá-la.

BCE alerta para novas pressões inflacionistas

A presidente do BCE, Christine Lagarde, afirmou que a inflação da zona euro deverá manter-se perto dos 2% nos próximos meses, apesar da inesperada subida para 2,2% em novembro. O economista-chefe Philip Lane admitiu “surpresas em alta” que colocam em causa as previsões de desaceleração no início de 2025. As novas projeções, incluindo pela primeira vez o ano de 2028, serão divulgadas a 18 de dezembro.

**ECONOMIA
NA ORDEM**

O país que pede inovação, mas recompensa conformismo



MARIA LÚCIA BABO
Economista Conselheira
CEO da Factos & Desafios — Consultoria
para os Negócios e Gestão

Ao longo de quase três décadas a acompanhar de perto o desenvolvimento empresarial em Portugal, testemunhei um paradoxo que teima em persistir: por um lado, multiplicam-se os discursos sobre a necessidade de inovar; por outro, continuam a erguer-se barreiras que travam quem tenta fazê-lo. Os dados europeus confirmam esta contradição.

De acordo com o European Innovation Scoreboard, que nos últimos anos tem colocado Portugal no grupo dos moderate innovators, o país permanece consistentemente abaixo da média europeia em vários indicadores de desempenho. Apesar de melhorias pontuais, a distância para as economias mais inovadoras da Europa mantém-se significativa.

Um dos sinais mais preocupantes é o número reduzido de pedidos de patentes internacionais (PCT patents), onde Portugal tradicionalmente apresenta valores muito inferiores aos da média da União Europeia. Ou seja, existe produção científica e conhecimento, mas estes continuam a ser pouco convertidos em inovação comercial e vantagem competitiva.

No terreno, esta realidade traduz-se em semanas perdidas com processos administrativos, decisões que chegam tarde e projetos que têm de ser repetidamente reformulados para se ajustarem a normas pouco claras ou desatualizadas. Conheço inúmeros casos de empreendedores com ideias sólidas e equipas competentes que acabam por esbarrar num sistema que, na prática, desincentiva a tomada de risco. Fala-se muito em mudança, mas o sistema continua a premiar quem segue as regras ao pé da letra, mesmo quando essas regras já não servem as necessidades de hoje.

A literatura económica ajuda a compreender esta tensão.

Autores como Daron Acemoglu, Simon Johnson e James A. Robinson foram laureados com o Prémio Nobel de Economia em 2024 “pelos estudos sobre como as instituições são formadas e afetam a prosperidade”. Demonstraram que economias com instituições inclusivas — regras claras, participação e igualdade de oportunidades — têm maior probabilidade de alcançar crescimento sustentável. Quando as instituições se tornam lentas, opacas ou distantes do cidadão, funcionam como entraves à inovação.

Em 2025, o prémio distinguiu Joel Mokyr, Philippe Aghion e Peter Howitt “por explicarem o crescimento económico impulsionado pela inovação”. Mokyr destacou os pré-requisitos para crescimento sustentado através do progresso tecnológico — conhecimento útil, competência técnica e instituições que favoreçam a inovação. Aghion e Howitt desenvolveram a teoria da “destruição criativa”, a ideia de que empresas ou produtos obsoletos são constantemente substituídos por novos, impulsionando a dinâmica económica. Estes prémios reforçam que a inovação não é um luxo, mas um motor central do crescimento.

Contudo, em Portugal o custo social e burocrático do fracasso permanece elevado. Não são raros os casos de empresas ou empreendedores que evitam arriscar com receio de consequências duradouras caso um projeto não corra como esperado. A cultura dominante continua a ver o erro como falha grave, em vez de aprendizagem.

No entanto, existem exceções inspiradoras. As empresas que conseguem prosperar mesmo neste contexto partilham uma característica comum: criam internamente a agilidade que o sistema lhes nega. Simplificam processos, encurtam cadeias de decisão, dedicam tempo e recursos à experimentação. Aceitam que nem todos os projetos terão sucesso, mas reconhecem que cada tentativa gera conhecimento que justifica o risco. Estas organizações crescem apesar do meio, não graças a ele.

Portugal sabe o que quer: mais inovação, maior produtividade e mais escala. Mas continuamos a utilizar mecanismos que, na prática, protegem o estabelecido e desencorajam a ousadia. Não nos falta talento; falta-nos a capacidade de o libertar — e a confiança para o colocar à prova.

A lição da economia da inovação é clara: de pouco serve proclamar a ambição de inovar se não criarmos instituições que incentivem a criatividade e uma cultura que aceite o risco como parte do caminho. Enquanto encararmos o erro como falha, e não como aprendizagem, continuaremos a enviar às empresas e aos empreendedores a mensagem errada.

Portugal só dará o salto competitivo que ambiciona quando deixar de premiar a conformidade e começar a valorizar, de forma consistente, a mudança. Até lá, continuaremos a pedir inovação com uma mão, enquanto com a outra recompensamos quem permanece quieto.

Esta coluna de opinião é dinamizada pela Ordem dos Economistas - Norte com o objetivo de contribuir para a valorização dos economistas e o desenvolvimento da economia portuguesa.